

VULGARIZAÇÃO: OUTRA HISTÓRIA PARA A HISTÓRIA

Mary del Priore¹

RESUMO: Trata-se de uma *pensata* sobre as origens e a difusão da "divulgação científica" e sua presença no Brasil do século XIX aos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: História. Vulgarização. Brasil.

VULGARIZATION: ANOTHER HISTORY FOR HISTORY

ABSTRACT: This is a *Pensata* about the origins and the spread of "science communication" and its presence in Brazil of the nineteenth century to today.

KEYWORDS: History. Vulgarization. Brazil.

¹ Sócia-Honorária do IHGB e do IHGRJ, membro do P.E.N Club do Brasil e Professora do Curso de Pós-Hraduação de História da UNIVERSO/Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: marydelpriore@terra.com.br. Autora convidada.

Nascida no século XII, a palavra vulgar designava “o comum dos homens”. Vulgarização, por sua vez, só seria dicionarizada em 1825, com o mesmo sentido que tem hoje: “difundir conhecimentos para o grande público”. O vocábulo trazia a marca de uma discussão sobre obra do grande autor francês, Victor Hugo, que teria colocado na moda o termo “*enliser*” ou “atolar”, considerado de uso popular, num de seus textos clássicos.

Mudanças significam que a comunicação não-formal das ciências humanas e outras, passaram por inúmeras transformações. E que o debate em curso, hoje, no Brasil, tem longuíssimo passado. Na verdade, começou entre os séculos XVI e XVII, momento em que os homens de ciência resolvem trocar o latim por línguas vernaculares – francês ou italiano – produzindo uma abertura da comunidade científica a um público cada vez mais amplo e diversificado.

Entre os promotores dessa revolução se encontram Galileu Galilei (1564-1642) e Bernard Palissy (1510-1589). Sobretudo o segundo, que textualmente dizia em suas obras, desejar convidar “todos os homens de França que poderão aprender a multiplicar e aumentar seus tesouros” ao banquete das ciências. Ao contrário de Galileu, Palissy era apenas um ceramista apaixonado por rochas e fósseis e autor de duas obras: *Récepte véritable* (1563) e *Discours admirables* (1580). Desconhecendo o latim e o hebreu ele preferiu se exprimir em “língua rústica” em vez de fazê-lo em “língua erudita”. Quanto ao matemático e astrônomo de Pisa, esse decidiu escrever *Il Saggiatore*, em 1623, em italiano popular, para que sua mensagem sobre as estrelas atingisse um máximo de pessoas, capazes de apoiá-lo em caso de um ataque do Papado. Papado é bom lembrar, que só se exprimia em latim.

Ambos os autores escolheram a mesma forma na construção de seus textos. Neles, os personagens dialogam entre si. Nos livros de Palissy, por exemplo, o nome dos personagens diz tudo: Teórico, representa a escolástica aristotélica. E prático, está à frente de uma ciência renovada, embasada não em textos, mas na observação e na manipulação de coisas. Galileu encarnou em Simplicio, o porta-voz de Ptolomeu e em Salviati, o de um Copérnico, ciente de que apenas o bom senso podia conduzir à verdade. Ambos codificaram, assim, uma forma de vulgarização por meio de diálogos com perguntas e respostas. Ambos adotaram o colóquio

entre sábios e ignorantes, como uma forma de jogo didático. Jogo – diga-se - que cada século revestiria de um estilo diferente.

O século XVII acelerou esse processo, notadamente na França. No Jardim Real de Plantas Medicinais, em Paris, futuro Museu de História Natural, se multiplicavam conferências para um público escolhido que aplaudia as descobertas dos sábios: dissecação de cadáveres de animais, exposições sobre o mundo botânico, apresentação do efeito de lentes e prismas, explosões químicas. Era um tipo de vulgarização que se aproximava do espetáculo. Espetáculo que tanto procurava a difusão do conhecimento, quanto buscava o reconhecimento de uma nova ciência, não mais especulativa, mas experimental.

Durante o chamado período das Luzes, considerava-se de bom-tom entre a nobreza e a burguesia em ascensão, animar um salão ligado a um gabinete de curiosidades ou patrocinar as pesquisas de um sábio de reconhecido prestígio. Passadas as lutas estéreis contra a Igreja, a ciência se tornou um fenômeno na moda. Poderosos rivalizavam na apresentação de objetos bizarros, alimentando o desenvolvimento da indústria de instrumentos científicos, entre os quais se destacam aqueles que permitiam as primeiras experiências com eletricidade. E todos queriam participar de tais eventos: colocando o olho sobre a lente de um microscópio ou telescópio, recebendo um choque, usando um chapéu que testemunhava o interesse pela vacina contra a varíola. O movimento científico encaminhava-se para aplicações cada vez mais numerosas.

A Revolução Francesa se fez nas ruas, mas, também, no mundo das ciências: essas se tornaram cada vez mais populares. Os alunos da recém-fundada Escola Politécnica, a exemplo do astrônomo François Arago, encabeçaram uma associação que lutava para que a alfabetização popular não se fizesse só com letras. Mas, também, com números, moléculas e princípios químicos.

Em 1837, uma ruptura fundamental: os sábios votaram a abertura das sessões da Academia de Ciências aos jornalistas. Amparados pela modernização da imprensa e a fabricação de jornais com papel e tinta baratos, eles tomaram a frente de um movimento que fez do século XIX, a época de ouro da vulgarização.

Todos os espaços foram apropriados por vulgarizadores de todos os tipos. Os rodapés dos jornais se alternavam com folhetins científicos. Nos teatros, as peças leves colocavam em cena as invenções da época: bicicleta, telégrafo e balões. A Academia Francesa, inspiradora da nossa Academia Brasileira de Letras, oferecia prêmios para a melhor poesia sobre a vacina ou a imprensa. As escolas abriam suas portas para debates sobre os temas mais

apaixonantes, então: micróbios, miasmas ou estrelas. As bibliotecas populares ofereciam conferências-leituras, ensinando um pequeno número de auditores a ler, graças aos livros de vulgarização publicados por editores que se tornariam mundialmente conhecidos: *Hachette*, por exemplo.

Impressionados pelos livros vendidos nas estações de trem inglesas por preço baixo, os editores de *Hachette* resolvem lançar pequenos volumes na coleção intitulada “Biblioteca dos Caminhos de Ferro”. O primeiro foi sobre Gutemberg, inventor da imprensa, na pena de Alphonse de Lamartine, poeta conhecidíssimo. A invenção do quiosque, nas estações, colaborou para ampliar as vendas. Tempo livre e “tempo-livro” eram idéias que se associavam. A astronomia, a botânica, a zoologia, a física, a química se tornavam populares graças às publicações boas e baratas.

Durante o século XIX, inúmeras transformações tiveram lugar. A ciência via seus resultados penetrarem no cotidiano das pessoas: da cozinha à sala de banhos, do quarto à sala de visitas, objetos nascidos de experiências científicas facilitavam a vida de todos. A eletricidade, o telefone, o fogão a gás, os novos meios de locomoção como o trem ou o carro com o motor à explosão incentivavam os vulgarizadores a desenvolver textos que explicassem o casamento entre ciência e técnica.

Podemos imaginar que tal vaga de difusão de conhecimentos se estendeu para todo o mundo? Não. No Brasil, que imitou tantos “francesismos” à mesma época, a vulgarização não teve o mesmo efeito e nem foi feita do mesmo modo.

Uma primeira tentativa teve lugar na *Revista Brasileira*, estabelecida na Corte imperial, à rua Gonçalves Dias, n.47. O objetivo do editorial de seu lançamento, em 1879, era “proporcionar aos escritores brasileiros e os quantos se ocupam com o estudo das coisas de nosso país a publicação de produções literárias e científicas de reconhecido mérito e utilidade”. Romances, poesias e críticas de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Afonso Celso e o Visconde de Taunay se avolumavam em suas páginas. A atividade incessante na redação tinha por escopo pensar o Brasil.

“Todas as tardes no Rio de Janeiro, antes que o sol transmonte, um grupo de homens se reúne em uma pequena e modesta sala. É o *five o'clock tea* da Revista Brasileira, refúgio da tormentosa vida fluminense”, contava um freqüentador.

A marca da revista era a tolerância e a concórdia. Para tomar chá reuniam-se desde monarquistas como Alfredo, Nabuco e Eduardo Prado a republicanos como Lúcio de Mendonça ou socialistas como José Veríssimo. Em seguida ao golpe republicano e sob a

direção de Veríssimo, a Revista qualificou-se como um meio de reflexão sobre os problemas brasileiros, em um momento de transformações culturais, em que a ciência tinha um papel de destaque. A preocupação maior era com o atraso do Brasil, atribuindo-o a pouca produção científica em curso, à ineficiência dos métodos de exploração das riquezas nacionais e a frágil industrialização.

Conciliar a estrutura social que convivera com a escravidão e a atualização do país diante da Segunda Revolução Industrial era um dos desafios que a elite intelectual tinha que enfrentar. Ajudar a pensar e a desenvolver uma inteligência nacional era a meta. E a seguir, a divulgação das idéias do grupo sobre como promover o progresso do país.

Todo o final de tarde, os colaboradores passavam pela redação, entregando-se a longas conversas sobre literatura e ciência. Alguns nomes eram mais freqüentes do que outros. Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Rodrigo Otávio e Taunay lideravam as conversas, congregando ao seu redor outros literatos. O que os integrava? A aceitação da heterogeneidade e o culto às Letras. Só que as idéias aí gestadas não eram endereçadas ao maior número de pessoas. E sim, a um público intelectual e a elite econômica do país. Leitores? Poucos. “Não há revistas sem um público de revista”, queixava-se Machado.

E porque o problema da falta de público e de editores era grave, os freqüentadores da Revista Brasileira resolveram fundar uma Academia de Letras, a exemplo da francesa que existia desde o século XVII. Os jornais fustigavam: Academia de Letras num país de analfabetos? E para zelar sobre a língua? O objetivo era mesmo criar uma associação que garantisse os interesses daquele grupo: reconhecimento público, maiores oportunidades de publicação, melhor remuneração e uma visibilidade social até então inexistente para os homens de letras – explica Alessandra El-Far (2000).

Depois de muitas idas e vindas, a 20 de julho de 1897, inaugurou-se a Academia Brasileira de Letras, com Machado de Assis a sua frente e com o objetivo de “promover o progresso das letras e da cultura nacional”. Nada a ver, portanto, com um compromisso de divulgação ou de vulgarização da ciência ou da língua.

Outra tentativa de vulgarização de conhecimentos entre nós foram as “Conferências Populares da Glória”, também, no Rio de Janeiro. Essas eram preleções públicas realizadas na freguesia do mesmo nome, criadas pelo Conselheiro Manuel Francisco Corrêa em 1873, a fim de estabelecer espaço para a divulgação das Ciências, Artes e Literatura. Os oradores eram médicos e bacharéis reconhecidos nos círculos literários e intelectuais do fim do Império.

Contudo, o analfabetismo e as condições de pobreza em que viviam as camadas desfavorecidas, não incentivaram a divulgação para além dos conferencistas.

Cem anos depois, tudo mudou. O triunfo do áudio-visual colocou fim ao tempo das releituras fáceis, das páginas folheadas vagarosamente, das bibliotecas onde se encontrava o que não se procurava. Hoje, o Brasil possui consumidores na classe C e D embora não tenhamos uma orientação governamental no sentido de mobilizar as pesquisas científicas, na área das ciências humanas, exatas ou biológicas, e colocá-las a serviço do grande público como existe, por lei, desde 1981, na França. E no que diz respeito à disciplina da História alguns problemas têm que ser ultrapassados para que tenhamos disponibilidade em divulgá-la, difundi-la ou vulgarizá-la.

Vamos recapitular: no Brasil, seguimos em frente com as mesmas dificuldades: desigualdade brutal, falta de acesso universal à educação de qualidade, corrupção que afeta diretamente a coesão social, ausência de uma cultura ética, violência em todos os níveis. A modernização conservadora, aliada ao autoritarismo burocrático continua a deixar parcelas inteiras da população brasileira sem participação concreta na vida econômica e política. Sabemos, contudo, que a democracia não é constituída, apenas, pela imprensa livre e instituições políticas adequadas. Mas pela existência de uma cidadania ativa, organizada e vigilante. Pela vivência do pluralismo de idéias que formas de participação que tornem a sociedade mais informada. E é nesse universo de faltas e lacunas, de constatações contraditórias que o historiador exerce o seu ofício, tentando extrair dos documentos uma verdade, uma história.

Nesta época, marcada pela inquietude, até mesmo o discurso histórico esteve “à beira da falésia”, como bem lembrou Roger Chartier (1998), dividido entre uma poética da história – as diferentes formas de intriga usadas nas narrativas históricas, muitas próximas da vulgarização – e os procedimentos críticos com os quais os historiadores se esforçam para construir sua disciplina.

Daí a pergunta: como divulgar história, num país com baixo nível de educação e pouca memória histórica? Sem conhecimento, para que serve a história? Diz-se muito que ela “serve para compreender o presente” Ou ainda “que os povo que ignoram sua história estão condenados a refazê-la”. Estas são belas fórmulas retóricas, que mais anunciam ideais a atingir do que realidades concretas. Antes de ser uma reflexão serena sobre nosso passado, a história possui uma função social: a da manutenção da memória de uma nação ou de um grupo. A

partir do compromisso que tem com a memória, dois imperativos devem estar presentes na vida do historiador: o de liberdade e o de respeito total e meticuloso pela verdade.

O primeiro consiste em ser absolutamente independente, tanto sobre o ponto de vista intelectual, quanto político e financeiro. O historiador deveria usar a divisa de Lúcifer, emprestada pelos iluministas durante o século XVIII: “*non serviam*”. Não servirei!

Em princípio, essa liberdade parece fácil; ninguém vem ditar aos historiadores o que eles devem escrever ou ensinar e as relações entre história e poder parecem simples. Engano. Elas são mais complicadas do que parecem. Primeiro, porque o poder do Estado não é mais do que um dos aspectos do problema. No seu cotidiano, o historiador se vê confrontado ao poder das instituições, dos departamentos, das linhas de pesquisa, da luta pelas bolsas distribuídas por órgãos financiadores. Ele precisa levar em conta suas próprias estratégias de carreira. A estes constrangimentos se juntam as modas intelectuais que tem peso num mercado editorial cada vez mais seletivo.

Quanto à exigência de verdade, o combate contínuo contra falsificações e negacionismos, evitando a arte da manipulação, deve ser sua agenda permanente. O papel do historiador, em sociedades em rápida transformação, como a nossa, não é, portanto, apenas o de procurar uma explicação ou justificativa para o presente, ou as chaves para o futuro, mas – e esta é sua responsabilidade – “o de organizar o passado em função do presente” como diria Lucien Fébvre (1953).

Engajados neste compromisso, os historiadores têm uma missão que é a construção da consciência histórica. Para tal, eles devem enfrentar duas tarefas contraditórias: por um lado, desmistificar os mitos consolidados pela memória coletiva, inscritos nos documentos, nos textos oficiais e na língua falada, enfim, nas construções sociais que, a sua volta, constituem a consciência comum. E por outro, participar à construção mesma desta mesma memória, ao produzir um saber que serve de referência e forma a consciência histórica dos seus contemporâneos (BÉDARIA, 1996).

Mas como exercitar este compromisso quando uma política de esquecimento se abate sobre a sociedade brasileira? Caberia bem certa definição de Paul Ricoeur (2000), quando diz que “como os velhos, temos muitas lembranças e má memória”. Num processo permanente de amnésia temos esquecido os objetos e lugares de memórias de nossos avós, ajudando a sepultar um patrimônio que desaparece sem deixar pistas. Impotentes e nostálgicos esquecemos as paisagens geográficas, humanas e culturais, que se apagam graças á penadas dos políticos que deveriam eles, estar nos mausoléus. Esquecemos os problemas

nacionais – os mártires da violência urbana ou os escândalos impunes. Poderíamos dizer, parafraseando um ex-presidente da república que “nunca dantes” se esqueceu tanto neste país! Não seremos jamais o que fomos, pois não sabemos conservar o que somos.

Nosso patrimônio histórico não tem verbas para sua salvaguarda; as comunidades não vêem seu passado material ou imaterial como prioridade; nas escolas, faltam políticas de educação patrimonial que consolidem um modelo de cidadania cultural; o Terceiro Setor que vem se batendo pelo cuidado dos bens culturais, mas, mais importante, pela consolidação de estratégias que permitam às instituições e comunidades envolvidas com o cuidado destes bens, desenvolver programas auto-sustentáveis, são ignorados pelas autoridades e pela própria sociedade. Nossos arquivos privados estão desaparecendo e muitos, municipais e estaduais, são pilhados ou abandonados pela falta de interesse em mantê-los. Como lembra Zigmunt Bauman (2007), nosso interesse público se move a uma velocidade que não permite que nenhum conceito seja assimilado. Pelo visto, entre nós, a memória é um deles.

O descaso pela memória cria um problema para a disciplina histórica e os historiadores. Se a memória é, em última instância, a derradeira garantia de que alguma coisa aconteceu é preciso ser vigilante, pois a nossa está sofrendo negligências, abusos e fraudes. Junte-se a isto certo estilhaçamento da disciplina histórica – disciplina sublinhe-se que tem por encargo construir a memória. Tal estilhaçamento pode ter nascido de sua riqueza ou de sua vontade de abordar todos os domínios; todos os objetos históricos. Da sexualidade ao esporte, do imaginário à paisagem, etc.

A outra razão de luto diz respeito à função social de uma história que renunciou a encarar os problemas do ensino, transformando-o numa produção sem encanto. Tudo indica uma extraordinária degradação dos programas de história nas escolas, sem que seja dado um grito de alarme e resistência. O Relatório Pisa, feito pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico mostrou que nosso país ocupa as piores posições nos itens avaliados (SCHWARTZMANN, 2007; O’DONNEL, 1972). Os alunos do ensino fundamental não têm habilidades de leitura, não sabem escrever uma simples história, uma carta na Internet ou interpretar a informação de um diagrama. O que este estudo revela é que o peso das diferenças socioeconômicas não é tão relevante para o desempenho do aluno quanto os bens culturais da família, o interesse dos pais e os recursos educacionais familiares. A triste constatação é a de que nossa sociedade não adota, ou o faz superficialmente, a educação como uma agenda fundamental. Tais alunos seguem para os cursos de Humanas caminhando na direção de um futuro sem futuro. Sua empregabilidade é baixa. Sua cidadania econômica,

pior ainda. E eu não tenho ouvido manifestações de grandes e renomados historiadores, em passado recente ou agora, em defesa da escola e nela, do ensino de história.

O fato é que a história escolar continua sendo feita sobre velhas fórmulas. A renovação historiográfica feita dentro da universidade, pouco lhe atinge. Alguns reagirão dizendo que a história feita dentro da universidade nada tem a ver com os bancos escolares; que a pesquisa de ponta não pode ser engessada pela função social de atingir o primeiro e segundo grau. O problema é que a história detém um saber sobre a sociedade. Se ela abandona temas centrais que dizem respeito á totalidade da história do país em detrimento de pesquisas demasiadamente particulares, ela deixa de lado a tarefa de fazer o aluno se tornar parte da vida social, privando-o de utensílios intelectuais necessários para fazê-lo adotar uma posição independente e para compreender a sociedade da qual faz parte como cidadão. O problema da educação formal será, cedo ou tarde, equacionado e os historiadores têm dito pouco sobre como participar desta transformação.

As faculdades de história, por sua vez, não pensam um currículo capaz de inserir o aluno no mundo profissional. O inferno – o Ensino Fundamental – ou o céu – o Universitário parecem ser as únicas escolhas. É lamentável, pois o historiador pode estar presente em vários outros espaços: nos meios de comunicação, nos museus, nos arquivos, produzindo conteúdos para as redes de Internet, trabalhando com Turismo Cultural. É preciso pensar uma grade mais dinâmica, identificada com as reais possibilidades de inserção de tantos jovens, ao invés de cuspir anualmente milhares de formandos despreparados para o exercício pleno da profissão de historiador. Na pós-graduação, como apontou recentemente Ronaldo Vainfas (2007), predominam os historiadores monotemáticos, pois os trabalhos pontuais e sem erudição não dão tempo ao pesquisador de amadurecer intelectualmente. A maioria só conhece o pequeno recorte sobre o qual braceja desde a graduação. A evisceração do sistema educacional brasileiro, de cima a baixo, “é varrida para baixo do tapete de onde fede”, lembra-nos Carlos Alberto Dória (2007). Parecemos não reconhecer o mau cheiro.

Contudo, neste caldo de esquecimento e incertezas, uma contradição: mais e mais pessoas se interessam por história. Multiplicam-se as revistas comerciais que atingem leitores em todo o país. A televisão, alcançando milhares de espectadores, investe em novelas que “contam história”. A busca de identidade de diferentes grupos incita afro-descendentes, indígenas, imigrantes e migrantes, a buscarem suas raízes. Esta fome de história é um novo desafio para historiadores.

É preciso entender que na conjuntura em que vivemos – um país lutando para redimir a dívida social – é preciso produzir para além dos leitores acadêmicos. É preciso atender ao maior número, fazendo uma história para as massas. Penso que esta tendência irá se acentuar, empurrando a universidade para uma função paralela. Ela deixará de ser o centro da ortodoxia cultural, como foi durante décadas. A demanda por produtos culturais de história exercerá cada vez maior pressão. Ficará claro que, a história como disciplina não será mais reservada a um meio. Ela não pertencerá exclusivamente aos especialistas. Ela não será mais estável e definida por um código aceito por todos. Ela não poderá ser a linguagem que só alguns falam, mas, cada vez mais, ela deve significar uma maneira de “aprender a aprender”, como diria Michel de Certeau (1980, p. 89).

Recentemente, a escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo sublinhou que os historiadores têm tido dificuldades de escrever uma história que seja “ativa na esfera pública”. “As pessoas – ela explica – precisam dar sentido ao passado e se a história acadêmica não lhes proporciona isso, elas recorrem à história feita por jornalistas, a narrações maniqueístas onde toda a sua complexidade desaparece. O desafio é atender ao método e à esfera pública ao mesmo tempo”. E adverte, “o pior que pode acontecer aos historiadores acadêmicos é encerra-se num invejoso ressentimento quanto ao êxito de formas populares de história. A esfera pública necessita de intelectuais capazes de estabelecer uma relação cultural com a sociedade em que vivem”(SARLO, 2007a e 2007b).

Seria fácil se enrolar na toga professoral e proclamar, com o nariz torcido, que só as publicações acadêmicas são válidas, tratando com desprezo o jornalismo e a vulgarização histórica. Penso, junto com Kristof Pomian (1999), que isto seria inútil e arbitrário². Inútil, porque, nas sociedades democráticas, fazer história não é mais apanágio do historiador acadêmico. A opinião pública tem muito a dizer sobre o assunto e as negociações com a disciplina sofrerão, doravante, uma negociação permanente. Vários movimentos contraditórios caracterizam este momento de evolução, sem referência a nenhuma lei dominante. Vivemos sob a égide do elogio à diversidade cultural e dentro da disciplina, da pluralidade de abordagens e maneiras de fazer. Não há o que temer. É preciso arriscar-se na complexidade, sem o risco de perder-se.

E para isto, nunca é demais lembrar: não basta falar de história. É preciso fazer história. E tentar fazê-la da melhor maneira possível. Minha tese é de que todas as histórias são boas, na condição de serem bem feitas. E para serem bem feitas é preciso amar o seu

² Ver especialmente o capítulo “L’irreductible pluralité de l’histoire”, p. 394 e passim.

ofício. A história é também uma paixão. O gosto pelas histórias do passado e belas narrativas é uma das características da disciplina. Os historiadores possuem a febre dos escritores. Eles têm que saber contar, fazer reviver os personagens, descrever a paisagens. É isto que dá à história seus atrativos. De Michelet a Gilberto Freyre, a história que se escreve, descreve e dá a ver tanto se destina a construir quanto a divertir; e os dois objetivos não são excludentes.

Duas consequências podem advir das transformações por que passa a história. A primeira, pessimista, indica que o interesse em atender um número cada vez maior de interessados, vulgarizando informações e divulgando pesquisas, privaria a história do rigor que é uma de suas principais características, e a faria abdicar de métodos essenciais em favor dos reclamos da moda, sempre superficiais. A segunda, otimista, revela que o apelo de um público mais amplo obrigaria e estimularia os historiadores, convidando-os a sair do conforto de sua torre de marfim, para prestar contas à sociedade que os sustenta. Sou favorável à segunda hipótese, na condição que o rigor do ofício resista à tentação da sedução a todo preço. Em outras palavras, penso que é preciso adaptar gêneros de história a cada público, garantindo, contudo a rigorosa aplicação das regras do ofício.

Frente à contradição de viver num país amnésico, onde há, contudo, a demanda de segmentos da população por história, os historiadores têm um encargo, ou melhor, uma missão. Esta missão é a construção de uma consciência histórica. E não se trata de consolidá-la porque a “história se repete”. Ela não se repete. Os dramas de amanhã não emprestarão os caminhos de ontem e a lembrança de tragédias passadas não impedirá a emergência de novos conflitos. A única relação possível com a disciplina é a de se apropriar de instrumentos críticos no estudo de uma sociedade do passado, para analisar a atual. Mas é preciso ir além e popularizar as informações históricas. E deste ponto de vista, a vulgarização na história é fundamental, decisiva e nevrálgica para que um maior número de pessoas possa forjar tal consciência, e, a exemplo do historiador ou dos que prezam a história, valorizar a memória. A vulgarização é um novo mapa graças ao qual se poderá flertar com o prazer, conversar com a didática e colocar a história no mesmo plano de outras formas de cultura, inserindo-a em implicações sociais mais amplas e democráticas. Se não aceitarmos a vulgarização como algo de positivo, corremos o risco de – como diria – Victor Hugo, nos “atolarmos” num passado em que os conhecimentos eram poucos e para poucos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BÉDARIDA, François. "L'historien entre Science et Mémoire". In: *Sciences Humaines*, n.59, mars, 1996.

CERTEAU, Michel de. *La Culture au pluriel*. Paris: Cristian Bourgois Éditeur, 1980. [*A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 1995. – Coleção Travessia do século].

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise, l'histoire entre certitudes et inquietudes*. Paris: Albin Michel, 1998. [*À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002].

DÓRIA, Carlos Alberto. Que educação a ignorância requer? In: *Revista Trópico*, n.4, ano 2007.

EL-FAR, Alessandra. *A Encenação da Imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. São Paulo: FGV/Fapesp, 2000.

FÉBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Collin, 1953. [*Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1985].

O'DONNELL, Guillermo. *Modernization y Autoritarismo*. Buenos Ayres: Editorial Paidós, 1972.

POMIAN, Kristof. *Sur l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

RICOEUR, Paul. Interview. In: *Magazine Littéraire*, n. 390, septembre, 2000.

SARLO, Beatriz. *Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. A História Sou Eu. In: *Folha de São Paulo*, 8/04/2007b.

SCHWARTZMANN, Simon. *Coessão Social, Democracia e Corrupção*. Corporation de Estúdios para Latino-America, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. História, Historiografia e Pós-Graduação Brasileiras. In: *História em Reflexão*, vol.1, UFGD, Dourados, Jan/Jun, 2007.